

CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.*

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Sem ilusões

Até as pessoas sem maiores intimidades com as coisas da economia sabem perfeitamente que uma crise aguda como a dos dias atuais deste país não será debelada por obra de um milagre. Tampouco terá alívio em decorrência do fortalecimento democrático proporcionado pela eleição direta do presidente da República. Assim como a existência em si da atual Constituição, elaborada pelos representantes do povo, nenhum efeito produziu na complexa problemática do Brasil.

Não há sombra de dúvidas quanto à importância institucional de a Nação, desde outubro de 1988, não mais orientar-se por instrumento editado pelo arbítrio dominante ao curso de duas décadas. Do mesmo modo, constitui fato auspicioso o voto popular ter escolhido o cidadão que em março próximo assumirá a responsabilidade pela condução dos destinos nacionais, quando se cumprirá esta transição, morosa e prenhe de conflitos, desacertos.

Mas a verdade é que os minuciosos artigos, parágrafos, itens, subitens e incisos da Constituição de outubro não alinharam receituários para poções miraculosas, e o futuro presidente, embora munido de ampla soma de poderes, não vai dispor de uma varinha de condão ou da maravilhosa lâmpada de Aladim.

O novo governante irá deparar-se com a situação mais adversa já registrada na história de um país, cujos detalhes mais angustiosos felizmente são de seu conhecimento. Até aqui não se nota inclinação por parte do pre-

sidente eleito para a prática de magias. Ao contrário, os seus pronunciamentos denotam um homem público que mantém os pés no chão, bastante lúcido, ciente, enfim, da magnitude dos desafios a enfrentar.

De tudo o que o candidato de ontem disse nos palanques de campanha e do somatório de suas poucas declarações depois de ungido pela confiança do eleitorado, fica a convicção de um firme propósito governamental segundo o comprometimento histórico de um Brasil voltado para a economia de mercado, entregue as suas relações a leis próprias, naturais. Fortalecer a livre iniciativa implica extrair de muitas atividades econômicas plena eficiência, com maiores ganhos para o Tesouro e, consequentemente, para todo o povo brasileiro.

Porém, o caminho a percorrer não será fácil. Nem curto. Passa por entrepostos desconfortáveis, a partir do mais drástico corte de dispêndios oficiais, à redução da máquina administrativa até alcançar um estágio ideal de privatização. E nada se conquistarão de modo gratuito e, sim, com uma inevitável carga extra de sofrimentos que se espera não mais destinados a segmentos indefesos. Se houver equidade na distribuição de sacrifícios, os gravames serão menores e a meta final não ficará tão distante.

O Brasil e seus habitantes podem e vão chegar lá, apesar das dificuldades, grandes e múltiplas, das quais todos devem estar cônscios, sem ilusões mas obstinados pelo sucesso.